



CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DE PORTUGAL (2011)

2013

Caracterização dos recursos humanos dos municípios do Centro de Portugal (2011)



José Alpendre
Jose.alpendre@ccdrc.pt

Marta Martins

*Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional
Divisão de Planeamento e Avaliação*

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Enquadramento legal	5
3. Metodologia	7
4. Recursos humanos.....	8
4.1. Número de efetivos municipais.....	8
4.2. Admissões/regressos e saídas	13
4.3. Por cargo e carreira	15
4.5. Por escalão etário	17
4.6. Por antiguidade	20
4.7. Por nível de escolaridade	21
4.8. Trabalhadores com deficiência.....	22
5. Remunerações e encargos.....	26
6. Higiene e segurança no trabalho.....	28
7. Formação profissional	29
8. Relações profissionais.....	30
9. Resumo	30
10. Bibliografia.....	34
11. Anexos	35

Siglas e Abreviaturas

BIP – Bombeiros, Informáticos e Polícias Municipais

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAL – Direção-Geral da Administração Local

GAP – Gabinete de Apoio Pessoal

LAL – Lei das Autarquias Locais

LVCR – Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local

Índice de Quadros

Quadro 1 – Efetivos municipais no Centro	9
Quadro 2 – Municípios com o maior número de efetivos, 2011	10
Quadro 3 – Municípios com o menor número de efetivos, 2011	10
Quadro 4 – Distribuição dos efetivos municipais por NUTS III, 2011	10
Quadro 5 – Variação de efetivos municipais 2010-2011	14
Quadro 6 – Admissões/regressos e saídas por carreira no Centro, 2011	15
Quadro 7 – Distribuição dos trabalhadores municipais, por cargo, carreira e sexo no Centro, 2011	16
Quadro 8 – Distribuição dos efetivos segundo a relação jurídica de emprego por NUTS III no Centro, 2011	17
Quadro 9 – Escalões etários por NUTS III no Centro, 2011	18
Quadro 10 – Trabalhadores por antiguidade e cargo/carreira/categoria no Centro, 2011	21
Quadro 11 – Estrutura habilitacional por sexo no Centro, 2011	22
Quadro 12 – Trabalhadores com deficiência por carreira no Centro, 2011	23
Quadro 13 – Absentismo por motivo no Centro, 2011	24
Quadro 14 – Absentismo por carreira (média de dias de ausência)	26
Quadro 15 – Total de despesas com pessoal no Centro, 2011	27
Quadro 16 – Municípios com maiores e menores despesas médias com pessoal por efetivo no Centro, 2011	28
Quadro 17 – Acidentes de trabalho no Centro, 2011	28
Quadro 18 – Municípios com maior taxa de incidência de acidentes de trabalho no Centro, 2011	29
Quadro 19 – Formação profissional no Centro, 2011	29

Índice de Figuras

Figura 1 – Efetivos municipais por 1.000 habitantes, 2011	11
Figura 2 – Taxa de feminização (%)	13
Figura 3 – Efetivos municipais por sexo em 2010-2011	14
Figura 4 – Taxa de emprego jovem (%)	19
Figura 5 – Taxa de envelhecimento (%)	19
Figura 6 – Efetivos por escalão etário e sexo no Centro, 2011	20
Figura 7 – Taxa de absentismo por município (%)	25

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DE PORTUGAL (2011)

1. Introdução

Em todas as organizações as pessoas trabalham em conjunto para atingir objetivos comuns. A sua eficácia depende da tomada de decisões, da coordenação das múltiplas atividades, da condução de pessoas e da avaliação do desempenho dirigido a objetivos previamente determinados. As políticas de recursos humanos têm como finalidade proporcionar o conhecimento das áreas de atividade e intervenção das organizações, procurando o reconhecimento da sua necessidade na sociedade.

Na gestão e planeamento dos recursos humanos, o balanço social é um instrumento que fornece um conjunto importante de informações sobre a situação social das organizações, permitindo avaliar o seu potencial humano e analisar a sua evolução. É o documento que recolhe os dados relativos à realidade dos recursos humanos das organizações, permitindo o seu tratamento de forma qualitativa e quantitativa.

Através da Lei n.º 141/85, de 14 de novembro, o seu preenchimento foi tornado obrigatório para as empresas com mais de 100 trabalhadores. Com o reconhecimento, ao longo dos anos, da importância das informações fornecidas pelo balanço social sobre a situação social das empresas, evidenciando os pontos fortes e fracos da gestão social dos recursos humanos e o grau de eficiência dos investimentos sociais e programas de ação para realização pessoal dos trabalhadores, foi tornado obrigatório para os organismos autónomos da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho).

A institucionalização do Balanço Social na Administração Pública surge com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, o qual determinou a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social por parte dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que

revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos. Constitui, para todos os serviços da Administração Pública, um importante instrumento de apoio à decisão em matéria de recursos humanos, área fundamental na gestão das organizações.

Desta forma, os organismos que, no fim de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao serviço, qualquer que seja a sua relação jurídica de emprego, devem elaborar o balanço social, reportado a 31 de dezembro do ano anterior.

O objetivo deste trabalho prende-se com a caracterização dos recursos humanos dos municípios, tendo por base as informações legalmente obrigatórias existentes nos balanços sociais dos municípios do Centro de Portugal.

A análise e avaliação dos dados permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar relativamente à gestão dos recursos humanos que conduza ao aumento da eficiência e da eficácia dos serviços prestados pelos municípios, para o que contribui a melhoria do clima organizacional e conseqüente desenvolvimento das competências, consolidação do capital humano e diminuição do absentismo.

2. Enquadramento legal

Como anteriormente referido, por exigência legal (Decreto-Lei n.º 190/96), o balanço social tem caráter obrigatório para todos os serviços da administração central, regional e local, devendo ser elaborado no primeiro trimestre de cada ano civil. Não estão incluídos na caracterização dos recursos humanos dos municípios os efetivos dos serviços municipalizados e do setor empresarial local.

Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações

A Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro), que aprovou o regime do contrato de trabalho em funções públicas, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009, por força da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro. Foi adaptada à administração local através do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, operando-se, desta forma, a transição da maioria dos trabalhadores da administração pública para a qualidade de trabalhadores com contrato de trabalho em

funções públicas. A figura de quadro de pessoal foi alterada pela de mapa de pessoal, que tem por base o número de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e as suas competências técnicas para atingir os objetivos dos serviços.

O procedimento concursal previsto na Portaria n.º 83/A/2009, de 27 de janeiro, tornou-se a figura primordial de recrutamento e seleção de pessoal.

O regime de mobilidade passou a considerar a figura de mobilidade interna no próprio serviço e entre serviços e na mesma categoria ou entre carreiras/categorias diferentes.

Acresce que a informação relativa à Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) foi adaptada ao Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) pela Direção-Geral da Administração Local (DGAL), em articulação com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Cargos dirigentes

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, considera a estrutura interna hierarquizada dos serviços municipais constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis. As unidades orgânicas nucleares correspondem a uma departamentalização fixa e são compostas por direções ou departamentos municipais. As estruturas flexíveis são dirigidas por um chefe de divisão municipal e são criadas, alteradas ou extintas com o objetivo de assegurar a adequação dos serviços às necessidades de funcionamento e otimização de recursos¹.

O Estatuto do Pessoal Dirigente, aplicável aos cargos dirigentes, encontra-se previsto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro. Foi adaptado às autarquias locais pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Prevê como cargos dirigentes das câmaras municipais o de diretor municipal, correspondente a cargo de direção superior de 1.º grau, e os de diretor de departamento municipal e de chefe de divisão municipal, correspondentes a cargos de direção intermédia direção intermédia de 1.º e 2.º grau, respetivamente.

¹ Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Gabinetes de apoio pessoal

A Lei da Autarquias Locais (LAL)² prevê a constituição de gabinetes de apoio pessoal para os presidentes das câmaras municipais e vereadores em regime de tempo inteiro ou meio tempo, assim como a sua composição e estatutos³. São constituídos por um chefe de gabinete e por adjuntos e secretários, estes últimos em número dependente do número de eleitores.

Ainda de acordo com os preceitos legais previstos na referida lei, os gabinetes de apoio pessoal (GAP) podem ser constituídos por elementos de nomeação política ou por efetivos da administração central ou local e o exercício das suas funções termina obrigatoriamente com a cessação dos mandatos dos eleitos locais que apoiam. Quando trabalhadores da administração central ou local, o pessoal dos GAP exerce as suas funções em comissão de serviço⁴.

De acordo com as instruções da DGAL, o balanço social de 2011 inclui um quadro com a composição dos GAP e integra os elementos de nomeação política e os efetivos municipais. Os efetivos municipais que desempenham funções de secretariado administrativo, motoristas e outros, constam, de um modo geral, do mapa de pessoal.

3. Metodologia

A fonte de informação privilegiada foi a base de dados da DGAL através do SIIAL, da qual foram transcritos os valores inscritos nos quadros previstos no Decreto-Lei n.º 190/96 e adaptados por esta Direção-Geral e pela DGAEP. A estes acrescem, para a caracterização dos recursos humanos em 2011, três quadros introduzidos no SIIAL, relativos aos eleitos, aos elementos dos gabinetes de apoio pessoal da presidência e aos dirigentes e equiparados.

² Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

³ Artigos 73.º e 74.º da LAL.

⁴ Número 4 do artigo 74.º da LAL.

No caso dos municípios das NUTS III do Oeste e do Médio Tejo, os dados foram transcritos da informação obtida diretamente dos municípios.

A delimitação territorial do Centro de Portugal resulta do Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, que agrega as dez sub-regiões NUTS III da área de atuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) com as sub-regiões do Oeste e Médio Tejo. Para efeitos do presente trabalho, o município de Mação foi considerado afeto à sub-região do Pinhal Interior Sul, embora, com a entrada em vigor da Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto, tenha passado a integrar a unidade territorial do Médio Tejo.

Como metodologia de análise e tratamento dos dados foi seguida a ordenação dos quadros do referido diploma legal e de acordo com a proposta da DGAEP e da DGAL, através do SIAL. Ou seja, avaliam-se e caracterizam-se os efetivos municipais da região nas vertentes de Recursos Humanos, de Remunerações e Encargos, de Higiene e Segurança no Trabalho, de Formação Profissional e de Relações Profissionais.

A informação contida no quadro 33 do Balanço Social diz respeito aos eleitos locais e não faz parte dos efetivos do balanço social nem do mapa de pessoal, dada a distinção óbvia entre eleitos locais e emprego público. O mesmo acontece com os elementos dos gabinetes de apoio pessoal se nomeados politicamente e não pertencerem, desta forma, aos efetivos do município (quadro 34 do Balanço Social).

Em anexo são apresentados indicadores de balanço social para o Centro, as doze unidades territoriais sub-regionais (NUTS III) e os 100 municípios.

4. Recursos humanos

4.1. Número de efetivos municipais

O número total de efetivos a desempenhar funções nos municípios da região no final de 2011 era de 26.847, menos 1.339 que no ano anterior (Quadro 1). Os totais relativos a 2010 foram estimados a partir dos dados de 2011, tendo em consideração o número de admissões e regressos, bem como o número de saídas, registados durante

o ano de 2011. Em termos percentuais, verificou-se uma diminuição de 4,8% no número de efetivos em relação a 2010.

É de referir que no número de efetivos não estão considerados 11.171 prestadores de serviços das autarquias da região em regime de tarefa e avença⁵, dado que a prestação de serviços não se confunde com emprego público. Também não estão incluídos os trabalhadores afetos às entidades do setor empresarial local e dos serviços municipalizados.

Quadro 1 – Efetivos municipais no Centro

	Efetivos 2010	Efetivos 2011	Varição (%)
Homens	14 546	13 936	-4,2
Mulheres	13 640	12 911	-5,3
Centro	28 186	26 847	-4,8

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

A análise por sexo mostra que o total de efetivos do sexo masculino representa 51,9% do total.

A distribuição dos efetivos pelos municípios da região é bastante diferenciada. Havia 11 municípios com mais de 500 trabalhadores (Quadro 2), representando 28,4% do total dos efetivos da região. Nestes encontram-se os cinco municípios capitais de distrito: Viseu, Leiria, Aveiro, Guarda e Castelo Branco, sendo Coimbra o município que detém o maior número de trabalhadores (1.404).

No quadro 3 apresentam-se os municípios do Centro de Portugal com menos trabalhadores, os quais empregam apenas 3,8% do total dos efetivos da região. Existem mesmo cinco municípios que empregam menos de 100 efetivos: Belmonte, Manteigas, Castanheira de Pera, Murtosa e Batalha.

⁵ A contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços consta do Quadro 1.1 do Balanço Social.

Quadro 2 – Municípios com o maior número de efetivos, 2011

Municípios	Efetivos 2011
Coimbra	1 404
Viseu	931
Torres Vedras	729
Leiria	710
Alenquer	640
Aveiro	572
Tomar	557
Guarda	545
Figueira da Foz	520
Torres Novas	517
Castelo Branco	501
Total	7 626

Quadro 3 – Municípios com o menor número de efetivos, 2011

Municípios	Efetivos 2011
Belmonte	59
Manteigas	65
Castanheira de Pêra	79
Murtosa	84
Batalha	99
Aguiar da Beira	101
Alvaiázere	102
Pedrógão Grande	106
Fornos de Algodres	108
Penamacor	111
Carregal do Sal	113
Total	1 027

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Numa análise por NUTS III constata-se que as sub-regiões do litoral concentram o maior número de efetivos, com destaque para o Oeste e o Dão-Lafões, por oposição à Serra da Estrela e à Cova da Beira (Quadro 4).

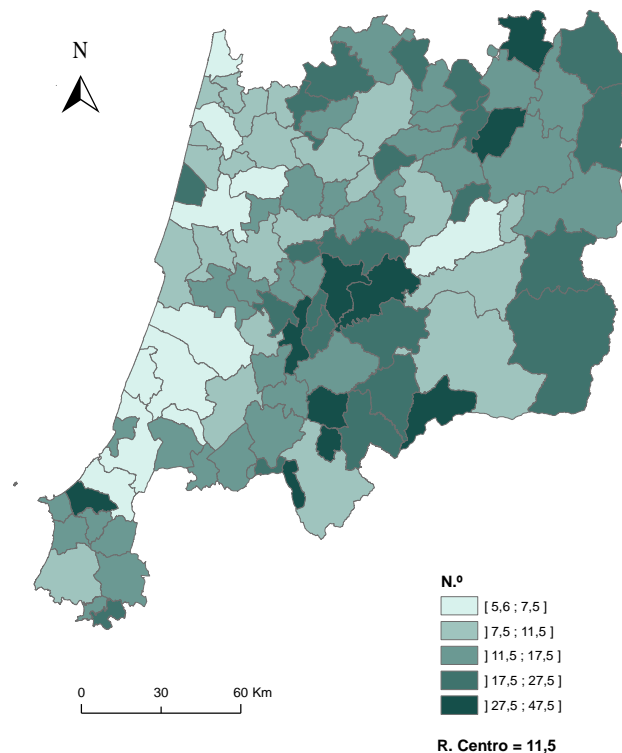
Quadro 4 – Distribuição dos efetivos municipais por NUTS III, 2011

NUTS III	Municípios (N.º)	População residente 2011 (N.º)	Efetivos 2011 (N.º)	Efetivos 2011 (%)	Trabalhadores por 1000 habitantes (N.º)
Baixo Vouga	12	390 822	3 513	13,1	9,0
Baixo Mondego	8	332 326	3 309	12,3	10,0
Pinhal Litoral	5	260 942	1 837	6,8	7,0
Pinhal Interior Norte	14	131 468	2 295	8,5	17,5
Dão-Lafões	15	277 240	3 824	14,2	13,8
Pinhal Interior Sul	5	40 705	849	3,2	20,9
Serra da Estrela	3	43 737	546	2,0	12,5
Beira Interior Norte	9	104 417	1 748	6,5	16,7
Beira Interior Sul	4	75 028	998	3,7	13,3
Cova da Beira	3	87 869	698	2,6	7,9
Oeste	12	362 540	4 236	15,8	11,7
Médio Tejo	10	220 661	2 994	11,2	13,6
Centro	100	2 327 755	26 847	100	11,5

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Tendo por base os resultados dos Censos de 2011⁶, verifica-se a existência de uma média de 11,5 efetivos por cada mil habitantes nos municípios da região. Os valores mais elevados foram registados no Pinhal Interior Sul, com 20,9 trabalhadores por cada mil habitantes. Seguem-se o Pinhal Interior Norte e a Beira Interior Norte, com 17,5 e 16,7 efetivos, respetivamente. Com os valores mais baixos encontram-se o Pinhal Litoral (7 por mil), a Cova da Beira (7,9 por mil) e o Baixo Vouga (9 por mil). A figura 1 mostra a localização regional dos municípios com maior e menor representatividade deste indicador. Torna-se, desta forma, possível constatar a existência de um menor número de efetivos por habitante nos municípios localizados junto do litoral.

Figura 1 – Efetivos municipais por 1.000 habitantes, 2011



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

⁶ INE – resultados definitivos dos Censos 2011.

No interior da região apenas o município da Covilhã se apresenta no escalão inferior, detendo cerca de 7 efetivos por 1.000 habitantes, o mesmo valor detido por Anadia no Baixo Vouga. É, no entanto, na sub-região do Pinhal Litoral que se encontram os menores valores registados por este indicador na Região do Centro de Portugal (Leiria com 5,6 e Batalha com 6,3).

É no município do Sardoal, com 47,5 trabalhadores por 1.000 habitantes, que se verifica o valor mais elevado deste indicador que relaciona os efetivos municipais com a população residente. Seguem-se Vila Velha de Ródão, na Beira Interior Sul, com 42 efetivos por 1.000 habitantes, Góis, no Pinhal Interior Norte, com 41,3, e Vila de Rei, no Pinhal Interior Sul, com 38,2.

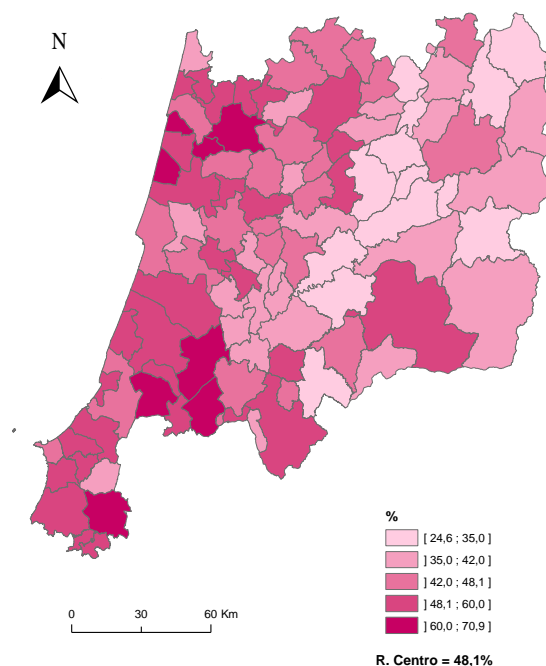
As taxas de masculinização⁷ e de feminização⁸ representam, respetivamente, o peso percentual dos homens e das mulheres no total dos trabalhadores municipais.

Os municípios com maiores taxas de masculinização localizam-se no interior da região, em algumas situações com taxas superiores a 70 por cento, como é o caso de Manteigas, onde 75,4% dos trabalhadores são do sexo masculino, 75% em Fornos de Algodres e 74,6% em Seia. Os efetivos do sexo feminino (Figura 2) têm predominantemente mais representatividade nos municípios do litoral, destacando-se Alenquer com 70,9%, Águeda com 65,7% e Oliveira do Bairro com 63,2%. Também com uma taxa elevada encontra-se Ourém, em que a taxa de feminização é de 64,7%.

⁷ Total de efetivos do sexo masculino / Total de efetivos x 100

⁸ Total de efetivos do sexo feminino / Total de efetivos x 100

Figura 2 – Taxa de feminização (%)



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

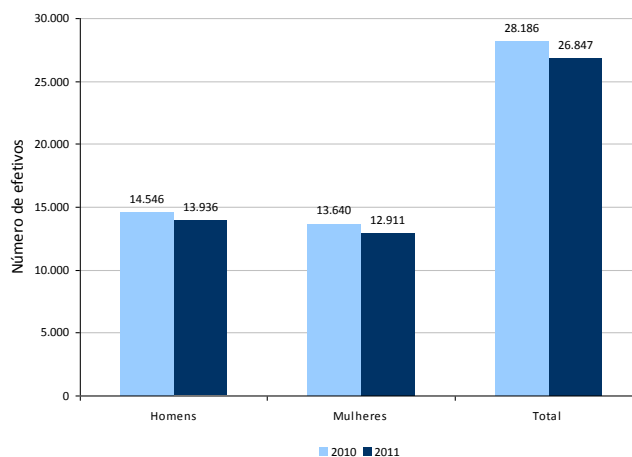
4.2. Admissões/regressos e saídas

Em 2011 observou-se a saída de 4.807 efetivos, 2.038 homens e 2.769 mulheres. A entrada de efetivos, correspondente ao número de trabalhadores admitidos e os regressados ao serviço, foi de 3.468 indivíduos, justificando a diminuição líquida de 1.339 efetivos (-4.8% do total) entre 2010 e 2011 (Quadro 5 e Figura 3).

Quadro 5 – Variação de efetivos municipais, 2010-2011 **Figura 3 – Efetivos municipais por sexo em 2010-2011**

Ano	Homens	Mulheres	Total
Efetivos 2011	13 936	12 911	26 847
Saídas 2011	2 038	2 769	4 807
Entradas 2011	1 428	2 040	3 468
2010	14 546	13 640	28 186

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Por sexo, a diminuição foi de 610 indivíduos do sexo masculino (menos 4,4%) e 729 do feminino (menos 5,6%).

A análise das variações anuais por carreira (Quadro 6) permite constatar apenas aumentos nas carreiras de Dirigentes Intermédios, Informáticos e “Outros”⁹, tendo diminuído nas restantes. Nas carreiras em que se registaram acréscimos de efetivos realça-se a de Dirigentes Intermédios, que passou de 568 para 608 (mais 7% que no ano anterior). Os Informáticos aumentaram 3 efetivos e na carreira de “Outros” o acréscimo foi de 48.

⁹ Em “Outros” estão incluídos os trabalhadores que desempenham outras funções, designadamente os trabalhadores adstritos a funções de agentes de nomeação política ou de secretariado administrativo, bem como os efetivos que estão em situação de mobilidade interna ao serviço de um município ou em comissão de serviço, os motoristas e outros trabalhadores que, de um modo geral, constam do Mapa de Pessoal.

A redução mais expressiva ocorreu na carreira de Assistente Operacional, que passou de 16.290 para 15.339 trabalhadores (menos 951). Os técnicos superiores diminuíram cerca de 7,4%, de 4.434 para 4.107.

Quadro 6 – Admissões/regressos e saídas por carreira no Centro, 2011

	Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total	
	Superior	Intermédio	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Bombeiros	Informáticos	Polícia Municipal			
Efetivos 2011	7	608	4 107	5 315	15 339	294	298	83	796	26 847	
Saídas	11	85	1 437	449	2 507	17	37	2	262	4 807	
Entradas	2	125	1 110	312	1 556	13	40	0	310	3 468	
Efetivos 2010	16	568	4 434	5 452	16 290	298	295	85	748	28 186	
Variação 2010/11	N.º	-9	40	-327	-137	-951	-4	3	-2	48	-1339
	%	-56,25	7,04	-7,37	-2,51	-5,84	-1,34	1,02	-2,35	6,42	-4,75

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

4.3. Por cargo e carreira

Considerando os trabalhadores por cargo, carreira e sexo (Quadro 7) verifica-se que 92,23% dos efetivos municipais do Centro de Portugal têm vínculo nas carreiras gerais, sendo na sua maioria vinculados à carreira de assistente operacional (15.339, correspondentes a 57,13% do total dos trabalhadores). Os assistentes técnicos totalizam 5.315 efetivos (19,80%) e os técnicos superiores 4.107 (15,30%).

Nos cargos dirigentes encontram-se providos 615 lugares (2,29% do total dos efetivos), sendo sete o número de dirigentes superiores e 608 o de dirigentes intermédios.

Nas restantes categorias profissionais, os informáticos e bombeiros totalizam 298 e 294, respetivamente, e os polícias municipais 83 elementos.

Quadro 7 – Distribuição dos trabalhadores municipais, por cargo, carreira e sexo no Centro, 2011

Sexo	Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
	Superior	Intermédio	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Bombeiros	Informáticos	Polícia Municipal		
Homens	6	344	1 495	1 605	9 413	285	239	42	507	13 936
Mulheres	1	264	2 612	3 710	5 926	9	59	41	289	12 911
Total	7	608	4 107	5 315	15 339	294	298	83	796	26 847
	615		24 761			675				
%	0,03	2,26	15,30	19,80	57,13	1,10	1,11	0,31	2,96	100

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

O índice de enquadramento (relação existente entre o número de efetivos não dirigentes e o número de trabalhadores dirigentes) para a região é de 43, o que equivale a dizer que, nos municípios da região do Centro de Portugal existe, em média, um dirigente para cada 43 trabalhadores não dirigentes.

4.4. Por relação jurídica de emprego

Na relação jurídica de emprego é predominante o Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado, abrangendo 23.418 trabalhadores, ou seja, 87,2% do total dos efetivos municipais da região (Quadro 9).

Constata-se ainda que este tipo de relação jurídica de emprego é a que predomina na totalidade das NUTS III da região, revelando a estabilidade contratual nestas instituições.

O recurso a CTFP a termo resolutivo certo e incerto representa 8,1% e 1,3% do total, respetivamente, existindo, ainda, 164 trabalhadores em outras situações (0,6%).

Quadro 8 – Distribuição dos efetivos segundo a relação jurídica de emprego por NUTS III no Centro, 2011

NUTS III	Comissão de Serviço	CTFP tempo indeterminado	CTFP termo resolutivo certo	CTFP termo resolutivo incerto	Outros	Total
Baixo Vouga	133	3 031	312	11	26	3 513
Baixo Mondego	128	2 939	218	9	15	3 309
Pinhal Litoral	79	1 675	61	2	20	1 837
Pinhal Interior Norte	46	2 015	229	0	5	2 295
Dão-Lafões	61	2 865	538	294	66	3 824
Pinhal Interior Sul	14	737	86	8	4	849
Serra da Estrela	19	482	40	5	0	546
Beira Interior Norte	26	1 641	71	0	10	1 748
Beira Interior Sul	26	888	82	2	0	998
Cova da Beira	28	640	29	0	1	698
Oeste	101	3 735	376	15	9	4 236
Médio Tejo	83	2 770	127	6	8	2 994
Centro	744	23 418	2 169	352	164	26 847

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Em comissão de serviço encontram-se os trabalhadores que exercem funções por um período com a duração de três anos. Estão nesta situação os cargos dirigentes que, na região, totalizam 744 efetivos (aproximadamente 2,8% do total).

4.5. Por escalão etário

Os grupos etários com maior número de trabalhadores nos municípios do Centro de Portugal são os pertencentes aos escalões dos 45 aos 54 anos, com 9.337, o que representa 34,9% do total dos efetivos (Quadro 9). Realça-se ainda o facto de mais de metade dos efetivos da região (14.100 no total) terem mais de 45 anos (52,5%).

Quadro 9 – Escalões etários por NUTS III no Centro, 2011

NUTS III	Até 24	25-34	35-44	45-54	55-64	Mais de 65	Total
Baixo Vouga	24	641	961	1 300	561	26	3 513
Baixo Mondego	18	561	1 030	1 179	508	13	3 309
Pinhal Litoral	10	288	525	665	335	14	1 837
Pinhal Interior Norte	20	419	705	806	335	10	2 295
Dão-Lafões	37	824	1 083	1 223	632	25	3 824
Pinhal Interior Sul	16	151	209	318	147	8	849
Serra da Estrela	1	72	138	230	100	5	546
Beira Interior Norte	11	325	511	567	317	17	1 748
Beira Interior Sul	5	170	299	341	175	8	998
Cova da Beira	0	95	171	273	154	5	698
Oeste	55	766	1 245	1 342	765	63	4 236
Médio Tejo	22	443	896	1 133	481	19	2 994
Centro	219	4 755	7 773	9 377	4 510	213	26 847

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

As NUTS III Oeste e Baixo Vouga concentram o maior número de trabalhadores municipais no escalão etário entre os 45 e os 54 anos. É, igualmente, nos municípios do Oeste que os trabalhadores com mais de 55 anos têm maior expressão (828, dos quais 63 com mais de 65 anos).

Considerando como emprego jovem o número de trabalhadores com menos de 25 anos, verifica-se que, no conjunto das NUTS III da região, apenas se encontram a desempenhar funções nos municípios 219 jovens (entre os quais apenas três com menos de 20 anos). Com maior emprego jovem encontra-se a NUTS III Oeste (55 efetivos).

Com uma taxa de emprego jovem¹⁰ de apenas 0,8% na Região do Centro de Portugal (Figura 4), é de salientar que não existem trabalhadores com menos de 25 anos a desempenhar funções em 29 dos 100 municípios.

Com apenas um funcionário com estas características, encontram-se 17 municípios, entre os quais Aveiro, Águeda, Lourinhã, Alcobaça, Cantanhede, Seia e Montemor-o-Velho.

¹⁰ Total de efetivos com 24 anos ou menos / Total de efetivos x 100

A maior taxa de emprego jovem é atingida no município do Cadaval, com 9,7% e 20 postos de trabalho, seguido de Sobral de Monte Agraço, com 3,9% e de Vila de Rei, com 3,8% (sete e cinco postos de trabalho, respetivamente).

Figura 4 – Taxa de emprego jovem (%)

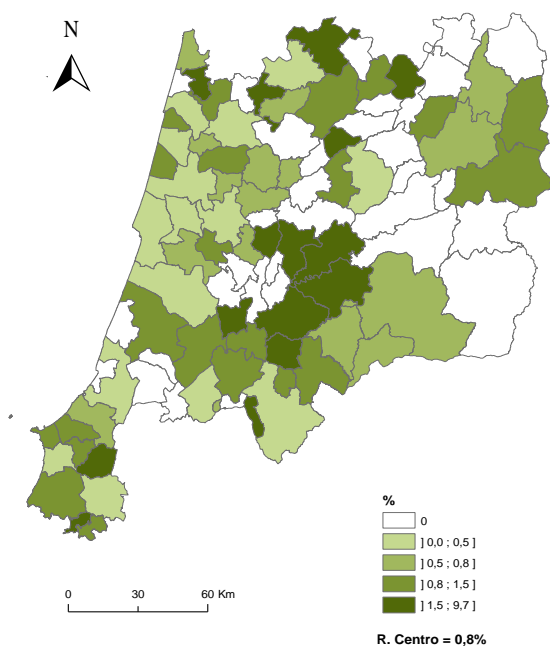
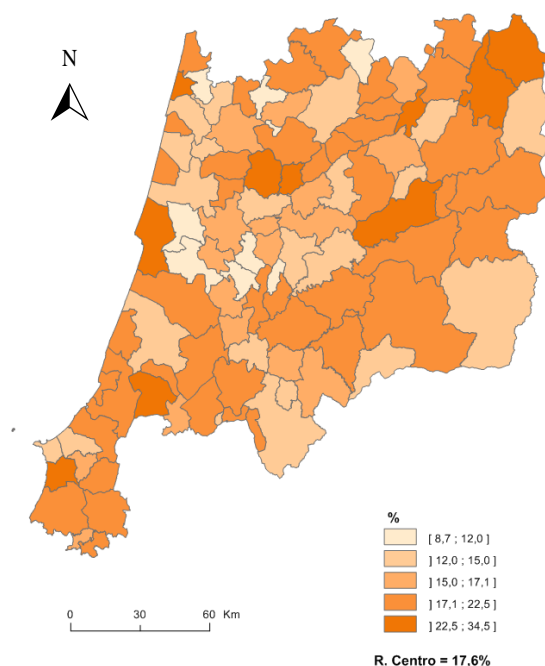


Figura 5 – Taxa de envelhecimento (%)



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

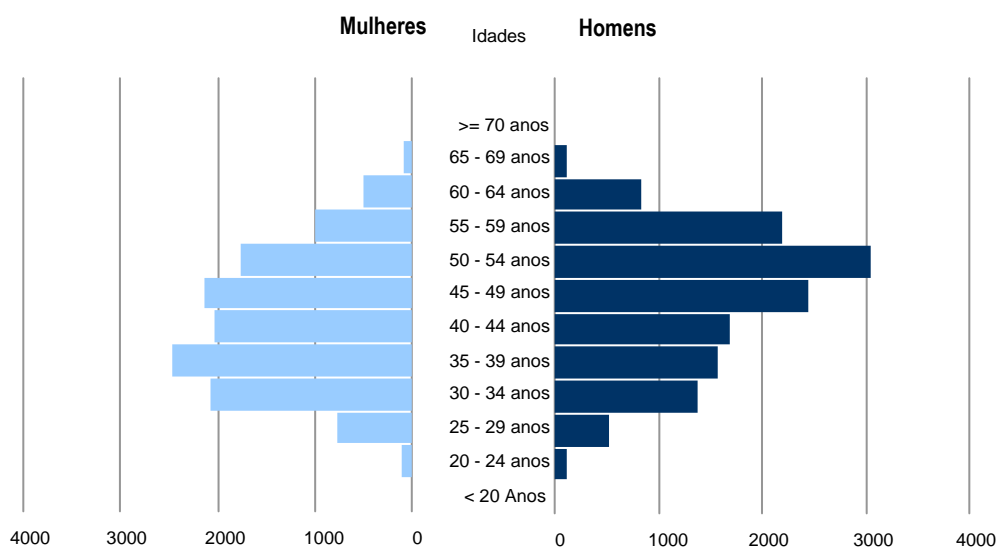
A taxa de envelhecimento¹¹ média nos municípios do Centro (Figura 5) é de 17,6%, sendo representativa da importância do número de trabalhadores ao serviço com mais de 55 anos de idade. Ela varia entre um mínimo de 8,7% em Miranda do Corvo e um máximo de 34,5% no município da Murtosa.

Com valores superiores a um quarto dos efetivos com 55 ou mais anos encontram-se os municípios da Lourinhã e Mortágua, ambos com 25,9%, a que se seguem a Covilhã com 25,6% e Pinhel com 25,3%.

¹¹ Total de efetivos com 55 ou mais anos / Total de efetivos x 100

A pirâmide etária da Figura 6 mostra a distribuição dos efetivos por idade e sexo. Torna-se evidente a predominância dos indivíduos do sexo masculino nas faixas etárias a partir dos 45 anos, que totalizam 8.633 homens e 5.467 mulheres. O número de efetivos do sexo masculino é também superior no escalão etário dos 20 – 24 anos, com uma diferença ligeira no número total de efetivos (111 do sexo masculino e 105 do feminino).

Figura 6 – Efetivos por escalão etário e sexo no Centro, 2011



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

O sexo feminino é maioritário nos restantes escalões etários, em que se destaca a classe modal dos 35 aos 39 anos (2.472 mulheres para 1.580 homens).

4.6. Por antiguidade

No Quadro 10 estão apresentados os efetivos municipais por escalões de antiguidade e por cargo, carreira ou categoria profissional.

O nível de antiguidade até 5 anos é o que congrega o maior número de efetivos, representando 23,9% do total dos efetivos da região (6.421). Nesta classe de antiguidade predomina a carreira de Assistente Operacional, que detém o maior número de trabalhadores (3.594).

**Quadro 10 – Trabalhadores por antiguidade e cargo/carreira/categoria
no Centro, 2011**

Categoria \Escalões	Dirigente superior	Dirigente intermédio	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Bombeiros	Informática	Polícia municipal	Outros	Total
Até 5 Anos	2	30	1 757	661	3 594	13	66	0	298	6 421
5-9	1	108	1 000	931	2 407	81	69	56	97	4 750
10-14	1	159	653	1 139	2 803	92	47	23	91	5 008
15-19	0	106	274	718	1 987	15	38	3	85	3 226
20-24	1	84	172	738	1 779	67	30	0	70	2 941
25-29	1	65	134	595	1 410	7	37	0	74	2 323
30-34	0	42	87	353	1 105	18	8	1	64	1 678
35-39	1	11	33	162	201	1	2	0	12	423
40 ou mais anos	0	4	4	26	37	0	1	0	5	77
Centro	7	609	4 114	5 323	15 323	294	298	83	796	26 847

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

O segundo escalão de antiguidade mais importante é o que agrega os efetivos entre os 10 e os 14 anos de antiguidade (18,7%), sendo maioritariamente constituído pelas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico. É também nesta classe que predominam os titulares dos cargos dirigentes intermédios (159 dos 609 existentes na região).

No seu conjunto, os escalões que agregam os efetivos com menos de 15 anos de serviço representam 60,3% do total.

4.7. Por nível de escolaridade

A análise da estrutura habilitacional dos efetivos dos municípios do Centro de Portugal (Quadro 11) permite constatar que 6.074 (22,6%) têm como habilitações literárias o 12º ano de escolaridade, muito próximo do número de trabalhadores com apenas 4 anos de escolaridade (5.925 indivíduos, correspondentes a 22,1% do total).

Com licenciatura encontram-se 19,7% do total dos efetivos, na sua maioria do sexo feminino (3.309 mulheres e 1.979 homens).

Quadro 11 – Estrutura habilitacional por sexo no Centro, 2011

	Homens		Mulheres		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 4 anos	81	0,58	9	0,07	90	0,34
4 anos	4 615	33,11	1 310	10,15	5 925	22,07
6 anos	2 208	15,84	1 099	8,51	3 307	12,32
9.º ano	2 287	16,41	2 081	16,12	4 368	16,27
11.º ano	484	3,47	671	5,20	1 155	4,30
12.º ano	2 042	14,65	4 032	31,23	6 074	22,62
Bacharelato	137	0,98	239	1,85	376	1,40
Licenciatura	1979	14,20	3 309	25,63	5 288	19,70
Mestrado	101	0,72	160	1,24	261	0,97
Doutoramento	3	0,02	0	0,00	3	0,01
Centro	13 937	100	12 910	100	26 847	100

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Na análise da escolaridade segundo o sexo, verifica-se que nos homens predominam os que possuem habilitações literárias de 9 anos de escolaridade ou menos (9.191 em 13.937). No género feminino, 65,2% têm 11 ou mais anos de escolaridade, o que corresponde a 31,3% do total dos trabalhadores municipais.

Em termos globais, verifica-se que cerca de metade dos trabalhadores municipais (49%) têm pelo menos o 11.º ano de escolaridade. Com graus académicos superiores encontram-se 5.552 efetivos, sendo de 22,1% a taxa de formação superior¹².

4.8. Trabalhadores com deficiência

O número total de trabalhadores portadores de deficiência no Centro de Portugal¹³, no final de 2011, era de 473 (1,8% do total), sendo 303 do sexo masculino e 170 do feminino (Quadro 12).

¹² Total de efetivos (doutoramento + mestrado + pós-graduação+ licenciatura + bacharelato) / Total de efetivos x 100.

Quadro 12 – Trabalhadores com deficiência por carreira no Centro, 2011

Cargo/Carreira	Efetivos		Sexo	
	N.º	%	Homens	Mulheres
Dirigente superior	0	0,00	0	0
Dirigente intermédio	10	2,11	5	5
Técnico superior	41	8,67	22	19
Assistente técnico	107	22,62	47	60
Assistente operacional	304	64,27	220	84
Bombeiros	3	0,63	3	0
Informática	5	1,06	5	0
Polícia municipal	0	0,00	0	0
Outros	3	0,63	1	2
Centro	473	100	303	170

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

O maior número de trabalhadores portadores de deficiência pertence à carreira de Assistente Operacional (64,3%), sendo 220 do sexo masculino e 84 do feminino. Na carreira de assistente técnico encontram-se 107 trabalhadores e na de técnico superior 41. No cargo de dirigentes intermédios encontram-se 10 efetivos portadores de deficiência (cinco homens e cinco mulheres).

4.9. Absentismo

Foi de 675.660 o número total de dias de ausências ao trabalho verificado nos municípios da região, o que representa uma média de 25 dias por efetivo e uma taxa de absentismo de 11,2%¹⁴ (Quadro 13).

Como principais causas do absentismo são apontadas as situações de doença (43,6%), outros motivos não especificados e as situações de ausência por conta do período de férias (13,2%). Seguem-se, com relativa importância mas com menor peso, a proteção

¹³ O sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% nos serviços da administração central e local, está definido no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 3 de fevereiro.

¹⁴ Total de dias de ausência / (N.º de efetivos x dias trabalháveis) x 100.

na parentalidade (8,3%) e as ausências provocadas por acidente em serviço ou doença profissional (5,5%).

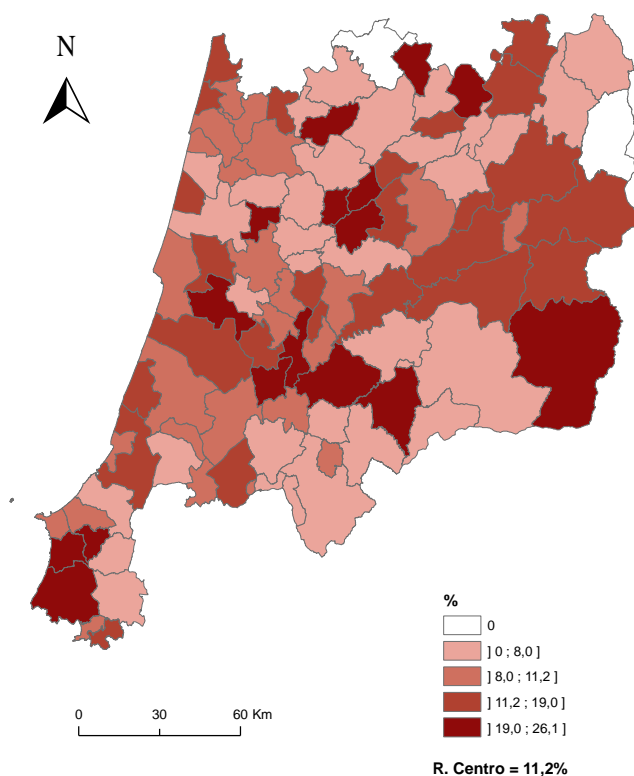
Quadro 13 – Absentismo por motivo no Centro, 2011

Motivo	Dias de ausência	%
Doença	294 696	43,6
Outros motivos	156 668	23,2
Por conta do período de férias	89 493	13,2
Proteção na parentalidade	56 151	8,3
Por acidente em serviço ou doença profissional	37 142	5,5
Assistência a familiares	11 054	1,6
Trabalhador-estudante	9 771	1,4
Falecimento de familiar	5 945	0,9
Greve	4 650	0,7
Casamento	3 072	0,5
Com perda de vencimento	2 991	0,4
Faltas Injustificadas	2 680	0,4
Cumprimento de pena disciplinar	1 348	0,2
Centro	675 660	100

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Na figura 7 estão representadas as taxas de absentismo observadas nos municípios do Centro (os municípios de Almeida e Castro Daire não declararam situações de ausência ao serviço).

Figura 7 – Taxa de Absentismo por município (%)



Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

A taxa média de absentismo nos municípios do Centro foi de 11,2%. As taxas mais reduzidas foram registadas em Vila Nova da Barquinha (3,3%), em Vila de Rei (3,9%) e em Tomar (4,5%). Com as taxas mais elevadas encontram-se os municípios do Bombarral (24,1%), Aguiar da Beira (24,9%), Figueiró dos Vinhos (25%) e Carregal do Sal (26,1%).

No que concerne ao absentismo (Quadro 14), a média apurada para o Centro foi de 25 dias. Por carreira, assumem particular destaque os assistentes operacionais, com uma média de 28 dias de ausência, a que se seguem os assistentes técnicos, com 24 dias e os bombeiros e os polícias municipais, com 22 dias cada.

Quadro 14 – Absentismo por carreira (média de dias de ausência)

Cargo/Carreira	Dias
Dirigente superior	2
Dirigente intermédio	14
Técnico superior	20
Assistente técnico	24
Assistente operacional	28
Bombeiros	22
Informática	18
Polícia municipal	22
Outros	13
Centro	25

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Nas restantes carreiras observam-se ausências médias decrescentes, com os dirigentes intermédios e superiores a apresentar uma média de 14 e 2 dias de ausência, respetivamente.

5. Remunerações e encargos

As verbas despendidas com os encargos com o pessoal correspondem ao esforço financeiro dos municípios com os trabalhadores ao seu serviço e compreendem as remunerações principais, abonos acessórios e compensações.

Os valores dos encargos com o pessoal devem ser considerados como indicativos, aquém dos efetivamente ocorridos, na medida em que nem sempre os subtotais dos quadros respeitantes aos suplementos remuneratórios e das prestações sociais são coincidentes com os registados no quadro dos encargos com pessoal (quadro 18 do Balanço Social). Por outro lado, o classificador económico das despesas inclui, como despesas da mesma natureza, rubricas que não se enquadram no balanço social, designadamente as remunerações dos membros dos órgãos autárquicos e as prestações de serviços em regime de tarefa ou avença e cujos valores se ignora se estão, ou não, incluídos.

Quadro 15 – Total de despesas com pessoal no Centro, 2011

Despesas com Pessoal	Euros	%
Remunerações Base	304.928.645	79,6
Suplementos Remuneratórios	14.762.724	3,9
Prémios de Desempenho	1.068	0,0
Prestações Sociais	32.669.997	8,5
Outros encargos com pessoal	30.644.670	8,0
Centro	383.007.105	100

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

No Centro de Portugal, em 2011, as despesas municipais com pessoal totalizaram mais de 383 milhões de euros (Quadro 15). Nestas, os encargos com as remunerações base representaram cerca de 80% do total (79,6%). As prestações sociais, que incluem, entre outras, o subsídio de refeição, o abono de família e os benefícios de apoio social, constituem 8,5% das despesas com pessoal. Com 3,9% estão os suplementos remuneratórios que integram, como componentes mais importantes, as despesas com trabalho extraordinário, o trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados, o trabalho por turnos, as despesas de representação e as ajudas de custo. As despesas com pessoal por efetivo nos municípios do Centro de Portugal foram, em média, de 14.266 euros, com Seia apresentar o maior valor e Sobral de Monte Agraço o menor (Quadro 16). Em termos absolutos, o município com o maior valor de despesas com pessoal foi Coimbra, com 28.282 mil euros e 1.404 trabalhadores, seguindo-se Aveiro (12.042 mil euros e 572 trabalhadores) e Viseu (10.823 mil euros e 931 efetivos).

**Quadro 16 – Municípios com maiores e menores despesas médias
com pessoal por efetivo no Centro, 2011**

Municípios com menores despesas médias	Euros
Sobral de Monte Agraço	8 231
Tondela	9 272
Arruda dos Vinhos	10 150
Penalva do Castelo	10 227
Lousã	10 308
...	...
Municípios com maiores despesas médias	Euros
Covilhã	19 583
Coimbra	20 144
Alcobaça	20 518
Aveiro	21 053
Seia	21 892

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

6. Higiene e segurança no trabalho

No conjunto dos municípios do Centro foram registados 1.164 acidentes de trabalho, de que resulta uma taxa de incidência de 43 acidentes por mil efetivos (Quadro 17).

Quadro 17 – Acidentes de trabalho no Centro, 2011

Acidentes de trabalho (N.º)	1 164
Acidentes de trabalho com baixa (N.º)	1 018
Dias de trabalho perdidos (N.º)	29 933
Taxa de incidência (N.º de acidentes por 1000 efetivos)	43

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Do total das ocorrências verificadas, 1.018 deram origem a baixa médica que provocaram 29.933 dias de trabalho perdidos.

No Quadro 18 estão identificados os municípios com maior taxa de incidência de acidentes de trabalho por mil trabalhadores, com os valores mais elevados em Peniche e Torres Vedras.

Quadro 18 – Municípios com maior taxa de incidência de acidentes de trabalho no Centro, 2011

Município	Taxa de incidência
Peniche	150
Torres Novas	149
Bombarral	113
Mangualde	86
Pampilhosa da Serra	78
Anadia	77

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

É, no entanto, de referir que em 13 dos municípios da região não foram declaradas quaisquer ocorrências.

7. Formação profissional

A formação profissional é de particular relevância na medida em que contribui para o aumento da capacitação e das competências dos trabalhadores da administração local. Foram realizadas 4.316 ações de formação que totalizaram 197.246 horas, das quais 86,8% (3.747 ações) fora do local de trabalho (Quadro 19).

O número de participantes foi de 13.961 trabalhadores, a maioria em ações de formação externas (9 338 formandos em 163.359 horas de formação).

Quadro 19 – Formação profissional no Centro, 2011

Ações de formação	N.º de ações	N.º de participantes	Horas
Internas	569	4 623	33 887
Externas	3 747	9 338	163 359
Centro	4 316	13 961	197 246

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios

Os custos suportados com a formação totalizaram 573 mil euros, sendo 511 mil euros em ações frequentadas no exterior e 62 mil euros nas internas.

8. Relações profissionais

Nos municípios do Centro de Portugal foram indicados 9.162 trabalhadores sindicalizados e 77 pertencentes a comissões de trabalhadores.

9. Resumo

Em 31 de Dezembro de 2011 desempenhavam funções nos municípios do Centro de Portugal 26.847 pessoas, menos 4,8% do total do ano anterior. A análise por sexo mostra que 13.936 são homens e 12.911 são mulheres, com uma variação negativa em relação ao período homólogo do ano anterior de, respetivamente, 4,2% e 5,3%. Em termos globais, esta variação corresponde a 4.807 saídas, preenchidas com 3.468 admissões (ou regresso) de trabalhadores.

No que respeita à distribuição dos efetivos, verifica-se que Coimbra detém o maior número, com 1.404 trabalhadores, seguido de Viseu (931) e Torres Vedras (729). Os municípios com menos efetivos são Manteigas e Belmonte com, respetivamente, 65 e 59 efetivos.

Em média foram registados 11,5 efetivos por 1.000 habitantes, com o valor mais elevado no Sardoal (47,5 trabalhadores) e o mais baixo em Leiria (5,6 trabalhadores).

Os municípios com maior taxa de masculinização localizam-se no interior, com valores próximos de 75%, em Manteigas, Fornos de Algodres e Seia. Encontra-se maior representatividade de efetivos do sexo feminino nos municípios do litoral, destacando-se Alenquer com 70,9% e Águeda com 65,7%.

A distribuição dos trabalhadores por cargo e carreira mostra que a maioria integra as carreiras gerais (92,2%), em que a carreira de assistentes operacionais é a mais significativa (57,7% do total dos efetivos). Na carreira técnica superior têm vínculo 15,3% do total de trabalhadores e os assistentes técnicos representam 19,8%. Em

cargos dirigentes estão providos 615 efetivos (608 dirigentes intermédios e 7 superiores), a que corresponde a um índice de enquadramento¹⁵ de 43.

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado predomina na relação jurídica de emprego e abrange 87,2% dos efetivos municipais. Em comissão de serviço estão 2,8%.

Mais de metade dos efetivos da região (52,5%) têm mais de 45 anos de idade, com o escalão etário dos 45 aos 54 anos a incluir o maior número de indivíduos (9.377). A taxa de emprego jovem (trabalhadores com menos de 25 anos) é de 0,8%, sendo de salientar que não existem jovens com estas características a desempenhar funções em 29 dos 100 municípios do Centro de Portugal. Por sexo, os homens assumem predominância face às mulheres a partir dos 45 anos. A taxa de envelhecimento é de 17,6% e abrange os indivíduos de ambos os sexos com 55 ou mais anos de idade.

O nível de antiguidade até 5 anos é o que reúne o maior número de efetivos, no total de 6.421, representando 23,9% do total da região. Nesta classe de antiguidade predominam os trabalhadores pertencentes à carreira de Assistente Operacional (3.594 efetivos). Em segundo lugar está a carreira de Técnico Superior, com 1.757 efetivos.

No que respeita ao nível de escolaridade, 22,6% dos trabalhadores municipais têm como habilitações literárias o 12.º ano. Com apenas 4 anos de escolaridade aparecem 22,1% dos efetivos. O grau de licenciatura é detido por 19,7% dos trabalhadores municipais, representando os licenciados 14,2% no total de homens e 25,6% no total de mulheres.

O número total de trabalhadores portadores de deficiência na região do Centro de Portugal era de 473 (1,8% do total dos efetivos), a maioria dos quais pertencente à carreira de assistentes operacionais (64,3%), 220 do sexo masculino e 84 do sexo feminino.

¹⁵ (Total de efetivos - dirigentes) / Dirigentes

A taxa de absentismo registada no ano foi de 11,2%, sendo de 675.660 o número total de dias de ausência ao trabalho, o que representa uma média de 25 dias de ausência por efetivo. A situação de doença (43,6% e 294.696 dias de ausência) foi apontada como a principal causa do absentismo.

No conjunto dos municípios foram contabilizadas cerca de 383 milhões de euros em despesas com pessoal, com a remuneração base a representar 79,6% deste total.

Em 2011 foram registados 1.164 acidentes de trabalho correspondente a uma taxa de incidência de 43 acidentes por mil efetivos. Do total das ocorrências, 1.018 deram origem a baixa médica de que resultaram 29.933 dias de trabalho perdidos.

Foram inventariadas 4.316 ações de formação, 569 (13,2%) internas e 3.747 (86,8%) externas. Participaram nas ações de formação 13.961 trabalhadores, no total de 197.246 horas de formação. O investimento em formação totalizou 573.347 euros. Nas ações frequentadas no exterior foram despendidos 511.666 euros, cabendo 61.681 euros às ações internas.

Indicadores de Balanço Social dos Municípios do Centro de Portugal (2011)

Efetivos (dezembro 2011)	26 847	
Admissões e regressos	3 468	
Saídas	4 807	
Índice de enquadramento (n.º)	43	(Total de efetivos - dirigentes) / Dirigentes
Taxa de envelhecimento	17,6	Total de efetivos com 55 ou mais anos / Total de efetivos x 100
Taxa de feminização	48,1	Total de efetivos do sexo feminino / Total de efetivos x 100
Taxa de masculinização	51,9	Total de efetivos do sexo masculino / Total de efetivos x 100
Taxa de emprego jovem	0,8	Total de efetivos com 24 anos ou menos / Total de efetivos x 100
Índice de tecnicidade sentido restrito	15,3	Total de técnicos superiores / Total de efetivos x 100
Índice de tecnicidade sentido lato	38,5	Total de dirigentes + técnicos superiores + assistentes técnicos + informáticos / Total de efetivos x 100
Taxa de escolaridade de 6 anos ou menos	34,7	Total de efetivos com 6 ou menos anos de escolaridade / Total de efetivos x 100
Taxa de escolaridade do 9.º ano	16,3	Total de efetivos com 9 anos de escolaridade / Total de efetivos x 100
Taxa de escolaridade do 12.º ano	22,6	Total de efetivos com 12 anos de escolaridade / Total de efetivos x 100
Taxa de formação superior	22,1	Total de efetivos (doutoramento + mestrado + pós-graduação + licenciatura + bacharelato) / Total de efetivos x 100
Índice de admissões	12,9	N.º total de admissões / Total de efetivos x 100
Índice de saídas	17,9	N.º total de saídas / Total de efetivos x 100
Taxa de absentismo	11,2	Total de dias de ausência / (N.º de efetivos x dias trabalháveis) x 100
Trabalhadores com deficiência	473 (1,8%)	Número e percentagem
Total de encargos com pessoal	383	milhões de euros
Remuneração base média mensal	811,3	euros/mês
Taxa de incidência de acidentes de trabalho por 1000 efetivos	43,4	Número de acidentes de trabalho / Total de efetivos x 1000
Despesas com formação profissional (ações internas e externas)	573 347	euros
Trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional	13 961 (52%)	Número de trabalhadores e % no total de efetivos

10. Bibliografia

- CCDRN, Caracterização dos Recursos Humanos dos Municípios da Região do Norte de Portugal | Dados de 2011, agosto 2012, Porto.
- CCDRN, Caracterização dos Recursos Humanos dos Municípios da Região do Norte de Portugal | Dados de 2010, setembro 2011, Porto.
- DGAEP, Balanço Social 2011, Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, março 2012, Lisboa.
- DGAL, Direção-Geral das Autarquias Locais – SIIAL (Sistema Integrado de Informação da Administração Local) acedido em novembro de 2012.
- Balanços sociais dos municípios das sub-regiões NUTS III Oeste e Médio Tejo.
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.
- Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.
- Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro.
- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.
- Lei n.º 141/85 de 14 de novembro.
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e n.º 67/2007 de 31 de dezembro e Lei orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro.
- Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro.
- Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto.
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.
- Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.
- Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.
- Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.
- Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.
- Portaria n.º 83/A/2009, de 27 de janeiro.

11. Anexos

Anexo 1 – Indicadores de Balanço Social dos Municípios do Centro, 2011

	Efetivos (N.º)	Admissões e regressos (N.º)	Saídas (N.º)	Índice de enquadramento (N.º)	Taxa de envelhecimento (%)	Taxa de feminização (%)
CENTRO	26 847	3 468	4 807	42,7	17,6	48,1
BAIXO VOUGA	3 513	521	625	26,0	2,2	7,0
Águeda	417	39	61	28,8	0,3	1,0
Albergaria-a-Velha	272	27	54	53,4	0,1	0,5
Anadia	194	66	73	31,3	0,1	0,3
Aveiro	572	69	43	14,9	0,3	0,9
Estarreja	244	12	13	26,1	0,1	0,5
Ílhavo	418	92	83	58,7	0,3	1,0
Mealhada	322	77	88	22,0	0,2	0,7
Murtosa	84	2	9	41,0	0,1	0,2
Oliveira do Bairro	261	50	59	16,4	0,1	0,6
Ovar	376	34	112	33,2	0,3	0,6
Sever do Vouga	124	9	14	123,0	0,1	0,2
Vagos	229	44	16	21,9	0,1	0,4
BAIXO MONDEGO	3 309	287	480	31,8	1,9	5,6
Cantanhede	276	20	61	16,3	0,1	0,5
Coimbra	1 404	50	100	28,9	0,8	2,2
Condeixa-a-Nova	209	35	43	51,3	0,1	0,4
Figueira da Foz	520	21	81	42,3	0,4	0,9
Mira	232	31	37	45,4	0,2	0,5
Montemor-o-Velho	238	59	95	18,8	0,1	0,4
Penacova	167	46	35	54,7	0,1	0,3
Soure	263	25	28	130,5	0,1	0,4
PINHAL LITORAL	1 837	261	288	28,2	1,3	3,9
Batalha	99	19	21	18,8	0,1	0,2
Leiria	710	57	85	24,4	0,4	1,5
Marinha Grande	289	8	22	35,1	0,2	0,6
Pombal	409	123	96	20,5	0,3	0,8
Porto de Mós	330	54	64	109,0	0,3	0,8
PINHAL INTERIOR NORTE	2 295	272	330	94,6	1,3	3,7
Alvaiázere	102	6	15	50,0	0,1	0,2
Ansião	129	9	15	42,0	0,1	0,2
Arganil	226	27	25	-	0,1	0,3
Castanheira de Pêra	79	1	5	78,0	0,0	0,1
Figueiró dos Vinhos	170	21	43	169,0	0,1	0,2
Góis	176	38	21	175,0	0,1	0,3
Lousã	264	28	24	131,0	0,2	0,5
Miranda do Corvo	173	28	18	-	0,1	0,2
Oliveira do Hospital	263	68	85	86,7	0,1	0,5
Pampilhosa da Serra	153	5	4	75,5	0,1	0,2
Pedrógão Grande	106	16	27	105,0	0,1	0,2
Penela	110	17	19	54,0	0,0	0,2
Tábua	195	8	16	47,8	0,1	0,3
Vila Nova de Poiares	149	0	13	73,5	0,1	0,2
DÃO-LAFÕES	3 824	870	1 114	75,5	2,4	6,6
Aguiar da Beira	101	6	12	32,7	0,1	0,1
Carregal do Sal	113	4	12	36,7	0,1	0,2
Castro Daire	232	1	21	45,4	0,2	0,4
Mangualde	279	21	64	138,5	0,2	0,4
Mortágua	166	42	54	82,0	0,2	0,3
Nelas	311	55	77	310,0	0,2	0,6
Oliveira de Frades	185	19	28	184,0	0,1	0,4
Penalva do Castelo	119	34	35	58,5	0,1	0,2
Santa Comba Dão	152	3	36	-	0,1	0,2
São Pedro do Sul	433	129	141	71,2	0,3	0,8
Sátão	185	39	41	29,8	0,2	0,3
Tondela	333	101	103	54,5	0,2	0,6
Vila Nova de Paiva	128	0	4	41,7	0,1	0,2
Viseu	931	384	431	102,4	0,4	1,8
Vouzela	156	32	55	155,0	0,1	0,2

(Continua)

(Continuação)

	Efetivos (N.º)	Admissões e regressos (N.º)	Saídas (N.º)	Índice de enquadramento (N.º)	Taxa de envelhecimento (%)	Taxa de feminização (%)
PINHAL INTERIOR SUL	849	89	178	83,9	0,6	1,2
Mação	200	17	26	199,0	0,1	0,2
Oleiros	130	23	15	-	0,1	0,2
Proença-a-Nova	162	11	5	161,0	0,1	0,3
Sertã	225	27	124	74,0	0,2	0,3
Vila de Rei	132	11	8	25,4	0,1	0,3
SERRA DA ESTRELA	546	32	71	38,0	0,4	0,6
Fornos de Algodres	108	4	8	107,0	0,1	0,1
Gouveia	173	10	22	85,5	0,1	0,2
Seia	265	18	41	23,1	0,2	0,3
BEIRA INTERIOR NORTE	1 748	136	285	61,4	1,2	2,5
Almeida	133	6	10	132,0	0,1	0,2
Celorico da Beira	216	0	87	215,0	0,1	0,3
Figueira de Castelo Rodrigo	132	3	5	-	0,1	0,1
Guarda	545	11	62	35,3	0,4	0,9
Manteigas	65	5	8	31,5	0,0	0,1
Meda	159	14	32	158,0	0,1	0,3
Pinhel	146	18	11	145,0	0,1	0,2
Sabugal	189	19	21	62,0	0,1	0,3
Trancoso	163	60	49	39,8	0,1	0,2
BEIRA INTERIOR SUL	998	113	162	40,6	0,7	1,8
Castelo Branco	501	89	108	54,7	0,4	1,1
Idanha-a-Nova	238	3	30	28,8	0,1	0,4
Penamacor	111	9	10	-	0,1	0,1
Vila Velha de Ródão	148	12	14	20,1	0,1	0,2
COVA DA BEIRA	698	83	74	42,6	0,6	0,9
Belmonte	59	10	14	58,0	0,0	0,1
Covilhã	348	16	21	48,7	0,3	0,4
Fundão	291	57	39	35,4	0,2	0,4
OESTE	4 236	586	805	54,7	3,1	8,5
Alcobaça	338	47	53	23,1	0,2	0,6
Alenquer	640	112	116	212,3	0,5	1,7
Arruda dos Vinhos	243	31	42	47,6	0,2	0,5
Bombarral	212	13	32	52,0	0,1	0,4
Cadaval	207	40	53	40,4	0,2	0,3
Caldas da Rainha	333	58	45	110,0	0,3	0,7
Lourinhã	351	25	43	30,9	0,3	0,7
Nazaré	228	33	167	75,0	0,2	0,5
Óbidos	349	35	37	115,3	0,2	0,7
Peniche	428	104	135	46,6	0,2	0,7
Sobral de Monte Agraço	178	19	14	58,3	0,1	0,4
Torres Vedras	729	69	68	55,1	0,5	1,4
MÉDIO TEJO	2 994	218	395	36,9	1,9	5,9
Abrantes	397	0	36	35,1	0,2	0,7
Alcanena	174	24	34	18,3	0,1	0,3
Constância	116	15	11	37,7	0,1	0,2
Entroncamento	306	28	21	37,3	0,1	0,5
Ferreira do Zêzere	148	18	17	73,0	0,1	0,2
Sardoal	187	1	9	45,8	0,1	0,3
Tomar	557	55	72	45,4	0,4	1,0
Torres Novas	517	56	112	33,5	0,4	1,2
Vila Nova da Barquinha	167	4	10	40,8	0,1	0,4
Ourém	425	17	73	37,6	0,3	1,0

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios.

Anexo 2 – Indicadores de Balanço Social dos Municípios do Centro, 2011

	Taxa de masculinização (%)	Taxa de emprego jovem (%)	Índice de tecnicidade sentido restrito	Índice de tecnicidade sentido lato	Taxa de escolaridade de 6 anos ou menos (%)	Taxa de escolaridade do 9.º ano (%)
CENTRO	51,9	0,8	15,3	38,5	34,7	16,3
BAIXO VOUGA	6,1	0,1	18,9	45,0	34,0	13,9
Águeda	0,5	0,0	11,8	36,9	32,6	19,9
Albergaria-a-Velha	0,5	0,0	19,9	42,3	33,8	14,3
Anadia	0,4	0,0	10,3	29,9	47,9	11,3
Aveiro	1,2	0,0	20,5	53,5	31,5	12,2
Estarreja	0,4	0,0	22,1	50,4	27,9	13,9
Ílhavo	0,6	0,0	22,7	45,2	27,0	19,6
Mealhada	0,5	0,0	20,8	44,1	34,2	12,7
Murtosa	0,1	0,0	13,1	36,9	50,0	16,7
Oliveira do Bairro	0,4	0,0	22,2	52,5	24,9	14,6
Ovar	0,8	0,0	15,7	45,5	42,0	8,5
Sever do Vouga	0,2	0,0	12,1	35,5	45,2	8,1
Vagos	0,4	0,0	27,9	48,0	35,8	10,9
BAIXO MONDEGO	6,7	0,1	17,2	41,6	28,6	19,3
Cantanhede	0,5	0,0	16,3	47,5	19,6	20,3
Coimbra	3,0	0,0	19,7	42,7	31,1	17,0
Condeixa-a-Nova	0,4	0,0	10,5	28,7	36,8	20,1
Figueira da Foz	1,1	0,0	14,6	44,8	31,9	21,2
Mira	0,3	0,0	13,8	38,4	25,9	11,6
Montemor-o-Velho	0,5	0,0	21,4	48,7	20,2	22,3
Penacova	0,3	0,0	9,6	28,1	31,1	24,0
Soure	0,5	0,0	19,0	39,2	20,5	27,4
PINHAL LITORAL	3,0	0,0	12,9	38,4	36,6	15,0
Batalha	0,2	0,0	21,2	56,6	32,3	6,1
Leiria	1,1	0,0	14,8	41,5	31,0	20,1
Marinha Grande	0,5	0,0	17,3	45,0	43,3	6,2
Pombal	0,8	0,0	7,8	31,3	39,1	14,7
Porto de Mós	0,4	0,0	8,8	29,4	41,2	14,8
PINHAL INTERIOR NORTE	4,9	0,1	14,7	34,8	36,9	15,7
Alvaiázere	0,2	0,0	12,7	31,4	34,3	21,6
Ansião	0,3	0,0	12,4	31,8	42,6	8,5
Arganil	0,5	0,0	12,4	31,9	38,9	16,8
Castanheira de Pêra	0,2	0,0	12,7	40,5	31,6	24,1
Figueiró dos Vinhos	0,4	0,0	20,6	40,6	38,2	14,7
Góis	0,4	0,0	14,2	34,7	32,4	17,6
Lousã	0,5	0,0	17,4	35,2	34,1	22,3
Miranda do Corvo	0,4	0,0	15,0	34,7	31,8	16,2
Oliveira do Hospital	0,5	0,0	6,5	24,7	41,4	9,9
Pampilhosa da Serra	0,4	0,0	17,6	43,1	34,0	18,3
Pedrógão Grande	0,2	0,0	8,5	36,8	43,4	11,3
Penela	0,2	0,0	20,0	42,7	30,9	10,0
Tábua	0,4	0,0	17,9	36,4	42,6	8,7
Vila Nova de Poiares	0,3	0,0	19,5	33,6	34,9	22,8
DÃO-LAFÕES	7,7	0,1	15,6	34,6	36,2	15,6
Aguiar da Beira	0,2	0,0	11,9	40,6	41,6	10,9
Carregal do Sal	0,2	0,0	15,0	40,7	35,4	10,6
Castro Daire	0,5	0,0	18,5	34,1	36,6	14,2
Mangualde	0,7	0,0	11,1	31,9	40,1	20,1
Mortágua	0,3	0,0	9,0	28,3	41,6	12,7
Nelas	0,6	0,0	12,9	28,0	48,2	10,0
Oliveira de Frades	0,3	0,0	14,1	30,3	41,6	13,0
Penalva do Castelo	0,3	0,0	12,6	38,7	35,3	5,9
Santa Comba Dão	0,3	0,0	13,8	27,6	42,8	14,5
São Pedro do Sul	0,8	0,0	15,5	42,3	33,5	13,2
Sátão	0,4	0,0	9,7	28,1	47,0	15,1
Tondela	0,7	0,0	17,7	36,6	33,3	19,2
Vila Nova de Paiva	0,2	0,0	14,1	35,2	27,3	18,8
Viseu	1,7	0,0	20,4	35,1	28,1	19,9
Vouzela	0,4	0,0	14,7	38,5	39,1	12,8

(Continua)

(Continuação)

	Taxa de masculinização (%)	Taxa de emprego jovem (%)	Índice de tecnicidade sentido restrito	Índice de tecnicidade sentido lato	Taxa de escolaridade de 6 anos ou menos (%)	Taxa de escolaridade do 9.º ano (%)
PINHAL INTERIOR SUL	1,9	0,1	15,4	34,0	42,2	14,5
Mação	0,5	0,0	12,5	30,5	49,0	13,0
Oleiros	0,3	0,0	19,2	31,5	46,2	14,6
Proença-a-Nova	0,3	0,0	21,0	42,0	38,9	13,0
Sertã	0,5	0,0	13,3	28,4	44,4	16,0
Vila de Rei	0,2	0,0	12,9	41,7	28,0	15,9
SERRA DA ESTRELA	1,5	0,0	14,3	33,7	48,2	13,9
Fornos de Algodres	0,3	0,0	13,9	38,0	50,9	5,6
Gouveia	0,5	0,0	11,0	26,6	50,3	12,1
Seia	0,7	0,0	16,6	36,6	45,7	18,5
BEIRA INTERIOR NORTE	4,0	0,0	18,9	42,2	34,0	16,2
Almeida	0,3	0,0	27,1	50,4	30,8	4,5
Celorico da Beira	0,5	0,0	14,4	42,6	32,4	17,1
Figueira de Castelo Rodrigo	0,3	0,0	15,9	34,8	40,2	15,2
Guarda	1,1	0,0	18,9	45,0	25,9	23,7
Manteigas	0,2	0,0	12,3	41,5	46,2	1,5
Meda	0,3	0,0	19,5	36,5	38,4	13,8
Pinhel	0,4	0,0	22,6	43,2	44,5	12,3
Sabugal	0,4	0,0	19,0	38,1	34,4	13,2
Trancoso	0,4	0,0	19,0	41,1	41,7	15,3
BEIRA INTERIOR SUL	2,0	0,0	17,3	40,2	31,7	17,5
Castelo Branco	0,8	0,0	21,0	42,7	30,5	17,2
Idanha-a-Nova	0,5	0,0	15,5	38,2	23,5	21,4
Penamacor	0,3	0,0	14,4	36,0	43,2	13,5
Vila Velha de Ródão	0,3	0,0	10,1	37,8	39,9	15,5
GOVA DA BEIRA	1,7	0,0	15,0	41,1	35,8	16,3
Belmonte	0,2	0,0	8,5	33,9	33,9	16,9
Covilhã	0,9	0,0	10,3	39,7	37,9	17,2
Fundão	0,7	0,0	22,0	44,3	33,7	15,1
OESTE	7,3	0,2	12,9	35,4	36,4	17,0
Alcobaça	0,7	0,0	17,5	52,7	18,6	36,7
Alenquer	0,7	0,0	10,5	30,9	36,7	20,2
Arruda dos Vinhos	0,4	0,0	14,8	35,8	41,2	11,9
Bombarral	0,4	0,0	13,2	36,8	32,1	15,1
Cadaval	0,4	0,1	11,1	33,3	36,7	13,5
Caldas da Rainha	0,6	0,0	7,8	36,0	36,0	9,3
Lourinhã	0,6	0,0	8,8	33,0	45,3	12,5
Nazaré	0,4	0,0	6,6	23,7	47,4	13,2
Óbidos	0,6	0,0	16,3	35,5	32,1	15,5
Peniche	0,9	0,0	20,8	36,7	39,7	14,5
Sobral de Monte Agraço	0,3	0,0	10,7	33,1	39,9	10,7
Torres Vedras	1,3	0,0	13,2	35,4	35,4	18,8
MÉDIO TEJO	5,3	0,1	11,4	38,6	31,9	17,3
Abrantes	0,7	0,0	16,6	54,7	17,6	23,9
Alcanena	0,3	0,0	12,1	46,0	31,0	17,2
Constância	0,3	0,0	16,4	41,4	38,8	6,9
Entroncamento	0,6	0,0	9,5	34,6	28,8	16,7
Ferreira do Zêzere	0,3	0,0	20,3	37,2	32,4	14,9
Sardoal	0,4	0,0	4,8	33,7	32,6	21,9
Tomar	1,1	0,0	9,5	31,2	39,7	17,2
Torres Novas	0,8	0,0	10,4	37,3	33,8	15,3
Vila Nova da Barquinha	0,2	0,0	7,8	33,5	35,9	17,4
Ourém	0,6	0,0	11,3	38,4	31,3	15,5

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios.

Anexo 3 – Indicadores de Balanço Social dos Municípios do Centro, 2011

	Taxa de escolaridade do 12.º ano (%)	Taxa de formação superior (%)	Índice de admissões	Índice de saídas	Taxa de absentismo (%)	Trabalhadores com deficiência (N.º)	Trabalhadores com deficiência (%)
CENTRO	22,6	22,1	12,9	17,9	11,2	473	1,8
BAIXO VOUGA	21,3	26,3	14,8	17,8	1,4	48	1,4
Águeda	25,4	18,0	9,4	14,6	0,1	4	1,0
Albergaria-a-Velha	25,4	26,5	9,9	19,9	0,1	2	0,7
Anadia	19,1	16,5	34,0	37,6	0,0	0	0,0
Aveiro	17,5	33,6	12,1	7,5	0,2	13	2,3
Estarreja	21,7	29,9	4,9	5,3	0,1	5	2,0
Ílhavo	21,1	28,9	22,0	19,9	0,2	7	1,7
Mealhada	19,9	26,4	23,9	27,3	0,2	3	0,9
Murtosa	13,1	16,7	2,4	10,7	0,0	0	0,0
Oliveira do Bairro	22,2	33,0	19,2	22,6	0,1	6	2,3
Ovar	23,4	21,3	9,0	29,8	0,2	6	1,6
Sever do Vouga	25,0	16,1	7,3	11,3	0,1	1	0,8
Vagos	19,2	32,8	19,2	7,0	0,1	1	0,4
BAIXO MONDEGO	23,4	25,2	8,7	14,5	1,3	59	1,8
Cantanhede	27,5	26,8	7,2	22,1	0,1	8	2,9
Coimbra	21,8	27,4	3,6	7,1	0,5	29	2,1
Condeixa-a-Nova	21,1	18,2	16,7	20,6	0,1	5	2,4
Figueira da Foz	19,0	22,7	4,0	15,6	0,2	10	1,9
Mira	39,7	22,0	13,4	15,9	0,1	2	0,9
Montemor-o-Velho	26,9	28,6	24,8	39,9	0,1	2	0,8
Penacova	15,6	25,7	27,5	21,0	0,0	0	0,0
Soure	25,5	22,4	9,5	10,6	0,2	3	1,1
PINHAL LITORAL	22,0	21,7	14,2	15,7	0,6	41	2,2
Batalha	19,2	38,4	19,2	21,2	0,0	0	0,0
Leiria	19,2	24,9	8,0	12,0	0,2	15	2,1
Marinha Grande	19,0	24,6	2,8	7,6	0,1	5	1,7
Pombal	25,4	17,8	30,1	23,5	0,2	14	3,4
Porto de Mós	27,3	11,8	16,4	19,4	0,1	7	2,1
PINHAL INTERIOR NORTE	24,1	20,6	11,9	14,4	1,2	33	1,4
Alvaiázere	28,4	15,7	5,9	14,7	0,1	1	1,0
Ansião	29,5	17,8	7,0	11,6	0,1	2	1,6
Arganil	27,4	15,0	11,9	11,1	0,1	1	0,4
Castanheira de Pêra	27,8	13,9	1,3	6,3	0,0	2	2,5
Figueiró dos Vinhos	19,4	24,7	12,4	25,3	0,2	4	2,4
Góis	27,3	17,0	21,6	11,9	0,1	1	0,6
Lousã	22,3	19,7	10,6	9,1	0,1	6	2,3
Miranda do Corvo	24,9	24,9	16,2	10,4	0,1	2	1,2
Oliveira do Hospital	19,8	24,7	25,9	32,3	0,2	11	4,2
Pampilhosa da Serra	24,2	19,6	3,3	2,6	0,1	0	0,0
Pedrógão Grande	28,3	17,0	15,1	25,5	0,0	0	0,0
Penela	30,0	26,4	15,5	17,3	0,0	3	2,7
Tábua	22,1	22,6	4,1	8,2	0,1	0	0,0
Vila Nova de Poiares	16,1	24,2	0,0	8,7	0,0	0	0,0
DÃO-LAFÕES	22,8	22,4	22,8	29,1	1,4	51	1,3
Aguiar da Beira	26,7	17,8	5,9	11,9	0,1	2	2,0
Carregal do Sal	28,3	25,7	3,5	10,6	0,1	4	3,5
Castro Daire	22,8	24,1	0,4	9,1	0,0	2	0,9
Mangualde	21,9	16,1	7,5	22,9	0,1	4	1,4
Mortágua	21,1	17,5	25,3	32,5	0,0	3	1,8
Nelas	19,0	19,6	17,7	24,8	0,2	5	1,6
Oliveira de Frades	20,5	21,1	10,3	15,1	0,0	0	0,0
Penalva do Castelo	29,4	29,4	28,6	29,4	0,1	1	0,8
Santa Comba Dão	21,7	15,8	2,0	23,7	0,1	6	3,9
São Pedro do Sul	30,0	20,8	29,8	32,6	0,1	7	1,6
Sátão	19,5	15,7	21,1	22,2	0,0	1	0,5
Tondela	19,8	23,7	30,3	30,9	0,1	6	1,8
Vila Nova de Paiva	29,7	23,4	0,0	3,1	0,1	2	1,6
Viseu	20,7	28,0	41,2	46,3	0,2	7	0,8
Vouzela	23,7	19,2	20,5	35,3	0,1	1	0,6

(Continua)

(Continuação)

	Taxa de escolaridade do 12.º ano (%)	Taxa de formação superior (%)	Índice de admissões	Índice de saídas	Taxa de absentismo (%)	Trabalhadores com deficiência (N.º)	Trabalhadores com deficiência (%)
PINHAL INTERIOR SUL	21,2	18,0	10,5	21,0	0,4	11	1,3
Mação	21,5	15,0	8,5	13,0	0,0	3	1,5
Oleiros	16,9	20,8	17,7	11,5	0,0	1	0,8
Proença-a-Nova	17,3	22,8	6,8	3,1	0,1	3	1,9
Sertã	18,2	16,0	12,0	55,1	0,2	1	0,4
Vila de Rei	34,8	17,4	8,3	6,1	0,0	3	2,3
SERRA DA ESTRELA	14,8	18,9	5,9	13,0	0,1	7	1,3
Fornos de Algodres	18,5	16,7	3,7	7,4	0,0	0	0,0
Gouveia	15,0	15,6	5,8	12,7	0,0	4	2,3
Seia	13,2	21,9	6,8	15,5	0,1	3	1,1
BEIRA INTERIOR NORTE	21,9	24,4	7,8	16,3	0,8	42	2,4
Almeida	31,6	30,8	4,5	7,5	0,0	0	0,0
Celorico da Beira	25,9	17,1	0,0	40,3	0,1	3	1,4
Figueira de Castelo Rodrigo	22,0	21,2	2,3	3,8	0,0	0	0,0
Guarda	23,1	23,9	2,0	11,4	0,4	25	4,6
Manteigas	23,1	27,7	7,7	12,3	0,0	0	0,0
Meda	20,8	22,0	8,8	20,1	0,1	2	1,3
Pinhel	13,7	25,3	12,3	7,5	0,0	4	2,7
Sabugal	18,0	33,3	10,1	11,1	0,1	7	3,7
Trancoso	16,6	22,7	36,8	30,1	0,1	1	0,6
BEIRA INTERIOR SUL	19,6	23,9	11,3	16,2	0,4	16	1,6
Castelo Branco	22,6	26,3	17,8	21,6	0,1	7	1,4
Idanha-a-Nova	11,8	25,6	1,3	12,6	0,2	4	1,7
Penamacor	22,5	16,2	8,1	9,0	0,1	5	4,5
Vila Velha de Ródão	20,3	18,9	8,1	9,5	0,0	0	0,0
COVA DA BEIRA	17,5	24,1	11,9	10,6	0,4	6	0,9
Belmonte	16,9	27,1	16,9	23,7	0,0	0	0,0
Covilhã	19,3	18,7	4,6	6,0	0,2	4	1,1
Fundão	15,5	29,9	19,6	13,4	0,2	2	0,7
OESTE	22,3	19,5	13,8	19,0	2,1	91	2,1
Alcobaça	18,0	23,4	13,9	15,7	0,2	5	1,5
Alenquer	19,8	18,4	17,5	18,1	0,2	24	3,8
Arruda dos Vinhos	23,5	17,3	12,8	17,3	0,2	6	2,5
Bombarral	30,2	18,9	6,1	15,1	0,2	5	2,4
Cadaval	30,0	16,4	19,3	25,6	0,1	6	2,9
Caldas da Rainha	35,7	14,7	17,4	13,5	0,1	3	0,9
Lourinhã	23,9	15,4	7,1	12,3	0,3	8	2,3
Nazaré	15,8	20,2	14,5	73,2	0,1	2	0,9
Óbidos	25,5	21,8	10,0	10,6	0,1	7	2,0
Peniche	16,1	27,1	24,3	31,5	0,1	3	0,7
Sobral de Monte Agraço	26,4	21,3	10,7	7,9	0,1	2	1,1
Torres Vedras	17,7	18,2	9,5	9,3	0,6	20	2,7
MÉDIO TEJO	27,3	17,6	7,3	13,2	0,9	68	2,3
Abrantes	30,5	23,7	0,0	9,1	0,1	10	2,5
Alcanena	27,0	19,0	13,8	19,5	0,1	5	2,9
Constância	22,4	21,6	12,9	9,5	0,0	1	0,9
Entroncamento	15,0	18,3	9,2	6,9	0,1	1	0,3
Ferreira do Zêzere	23,6	27,7	12,2	11,5	0,0	2	1,4
Sardoal	29,9	8,6	0,5	4,8	0,1	6	3,2
Tomar	26,4	14,9	9,9	12,9	0,1	14	2,5
Torres Novas	28,2	17,4	10,8	21,7	0,3	14	2,7
Vila Nova da Barquinha	31,1	12,0	2,4	6,0	0,0	6	3,6
Ourém	32,9	16,5	4,0	17,2	0,1	9	2,1

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios.

Anexo 4 – Indicadores de Balanço Social dos Municípios do Centro, 2011

	Total de encargos com pessoal (milhões de euros)	Remuneração base média mensal (euros)	Taxa de incidência de acidentes de trabalho por 1.000 efetivos	Despesas com formação profissional (ações internas e externas) (euros)	Trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional (N.º)	Trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional (%)
CENTRO	383,0	811,3	43,4	573 347	13 961	52,0
BAIXO VOUGA	54,7	112,9	54,7	73 111	2 850	81,1
Águeda	5,8	13,7	71,9	25 844	1 125	269,8
Albergaria-a-Velha	4,7	9,0	51,5	8 021	251	92,3
Anadia	3,5	6,6	77,3	7 963	196	101,0
Aveiro	12,0	22,6	45,5	4 243	490	85,7
Estarreja	3,5	8,2	32,8	4 651	34	13,9
Ílhavo	6,1	11,8	45,5	3 673	38	9,1
Mealhada	4,2	7,9	37,3	350	71	22,0
Murtosa	1,4	3,2	71,4	0	11	13,1
Oliveira do Bairro	3,2	7,7	53,6	4 432	248	95,0
Ovar	5,2	12,4	69,1	3 231	82	21,8
Sever do Vouga	1,6	3,4	72,6	1 404	55	44,4
Vagos	3,5	6,3	56,8	9 299	249	108,7
BAIXO MONDEGO	54,7	112,2	48,4	26 630	3 058	92,4
Cantanhede	4,0	9,5	50,7	1 776	355	128,6
Coimbra	28,3	53,5	59,8	11 305	1 371	97,6
Condeixa-a-Nova	2,8	6,2	38,3	830	122	58,4
Figueira da Foz	7,7	17,9	50,0	2 736	753	144,8
Mira	2,8	5,7	0,0	2 222	116	50,0
Montemor-o-Velho	3,5	7,0	29,4	1 292	78	32,8
Penacova	2,1	4,9	41,9	4 015	180	107,8
Soure	3,4	7,5	53,2	2 455	83	31,6
PINHAL LITORAL	26,8	56,4	42,5	42 563	981	53,4
Batalha	1,2	2,7	10,1	10 257	54	54,5
Leiria	9,9	23,5	46,5	12 498	439	61,8
Marinha Grande	5,2	10,2	48,4	7 642	200	69,2
Pombal	6,9	13,1	51,3	7 092	168	41,1
Porto de Mós	3,6	6,8	27,3	5 074	120	36,4
PINHAL INTERIOR NORTE	30,2	62,8	37,9	72 931	1 016	44,3
Alvaiázere	1,2	2,4	19,6	19 113	58	56,9
Ansião	2,1	4,0	0,0	7 236	69	53,5
Arganil	3,0	6,0	44,2	7 191	110	48,7
Castanheira de Pêra	1,1	2,1	0,0	420	39	49,4
Figueiró dos Vinhos	2,5	4,8	11,8	3 339	109	64,1
Góis	2,8	5,3	17,0	8 017	57	32,4
Lousã	2,7	6,1	60,6	4 005	143	54,2
Miranda do Corvo	2,2	5,0	57,8	5 685	63	36,4
Oliveira do Hospital	3,3	6,1	45,6	3 044	31	11,8
Pampilhosa da Serra	1,8	4,3	78,4	3 772	57	37,3
Pedrógão Grande	1,4	3,3	28,3	1 600	51	48,1
Penela	1,3	3,1	0,0	52	18	16,4
Tábua	2,8	6,4	41,0	7 272	100	51,3
Vila Nova de Poiares	1,8	3,9	60,4	2 185	111	74,5
DÃO-LAFÕES	48,1	102,1	31,1	92 308	1 575	41,2
Aguiar da Beira	1,2	2,8	19,8	2 590	47	46,5
Carregal do Sal	1,7	3,9	35,4	7 369	75	66,4
Castro Daire	3,4	7,9	0,0	6 922	29	12,5
Mangualde	3,7	7,1	86,0	5 245	66	23,7
Mortágua	2,4	4,8	0,0	1 166	39	23,5
Nelas	4,6	8,7	38,6	1 337	277	89,1
Oliveira de Frades	2,7	5,3	32,4	7 224	65	35,1
Penalva do Castelo	1,2	2,4	8,4	5 942	133	111,8
Santa Comba Dão	2,0	4,7	46,1	2 375	174	114,5
São Pedro do Sul	4,7	9,3	30,0	1 856	27	6,2
Sátão	2,2	5,2	37,8	900	1	0,5
Tondela	3,1	7,4	45,0	1 703	179	53,8
Vila Nova de Paiva	1,7	3,1	0,0	1 622	76	59,4
Viseu	10,8	25,4	22,6	3 058	154	16,5
Vouzela	2,6	4,0	44,9	43 000	233	149,4

(Continua)

(Continuação)

	Total de encargos com pessoal (milhões de euros)	Remuneração base média mensal (euros)	Taxa de incidência de acidentes de trabalho por 1.000 efetivos	Despesas com formação profissional (ações internas e externas) (euros)	Trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional (N.º)	Trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional (%)
PINHAL INTERIOR SUL	11,5	26,8	30,6	16 574	160	18,8
Mação	2,7	6,3	20,0	1 267	22	11,0
Oleiros	1,7	3,8	15,4	4 115	28	21,5
Proença-a-Nova	2,2	5,1	24,7	8 698	54	33,3
Sertão	3,3	7,5	48,9	1 193	33	14,7
Vila de Rei	1,7	4,0	37,9	1 301	23	17,4
SERRA DA ESTRELA	9,3	16,8	40,3	24 101	251	46,0
Fornos de Algodres	1,4	2,8	37,0	1 175	34	31,5
Gouveia	2,1	5,0	46,2	13 416	49	28,3
Seia	5,8	9,0	37,7	9 509	168	63,4
BEIRA INTERIOR NORTE	25,1	57,6	22,9	42 392	684	39,1
Almeida	2,1	4,8	0,0	3 128	17	12,8
Celorico da Beira	3,3	7,8	18,5	28	56	25,9
Figueira de Castelo Rodrigo	1,8	4,0	15,2	2 764	20	15,2
Guarda	8,0	18,5	40,4	13 841	224	41,1
Manteigas	1,0	2,2	30,8	3 325	45	69,2
Meda	2,3	4,8	18,9	3 299	81	50,9
Pinhel	1,6	3,7	41,1	2 581	187	128,1
Sabugal	3,0	6,9	5,3	5 115	23	12,2
Trancoso	2,0	4,8	0,0	8 311	31	19,0
BEIRA INTERIOR SUL	13,0	30,7	27,1	34 534	329	33,0
Castelo Branco	6,1	14,7	33,9	7 350	28	5,6
Ídanha-a-Nova	3,4	7,9	25,2	18 020	240	100,8
Penamacor	1,7	3,8	9,0	1 050	6	5,4
Vila Velha de Ródão	1,9	4,4	20,3	8 114	55	37,2
COVA DA BEIRA	11,4	23,3	31,5	4 327	122	17,5
Belmonte	0,9	1,8	0,0	2 906	25	42,4
Covilhã	6,8	12,7	37,4	1 422	29	8,3
Fundão	3,7	8,7	30,9	0	68	23,4
OESTE	56,6	120,9	58,8	54 488	1 125	26,6
Alcobaça	6,9	11,5	56,2	5 839	72	21,3
Alenquer	7,9	18,3	1,6	0	77	12,0
Arruda dos Vinhos	2,5	5,6	28,8	1 715	40	16,5
Bombarral	2,9	6,6	113,2	0	13	6,1
Cadaval	2,9	6,9	72,5	4 814	27	13,0
Caldas da Rainha	4,4	7,9	72,1	1 452	33	9,9
Lourinhã	4,0	9,1	37,0	2 049	236	67,2
Nazaré	2,7	6,0	52,6	3 136	22	9,6
Óbidos	5,8	10,3	51,6	1 089	17	4,9
Peniche	5,6	12,8	149,5	1 252	97	22,7
Sobral de Monte Agraço	1,5	3,9	50,6	12 099	42	23,6
Torres Vedras	9,5	22,0	59,0	21 044	449	61,6
MÉDIO TEJO	41,6	88,8	47,4	89 388	1 810	60,5
Abrantes	6,6	14,3	0,0	4 579	808	203,5
Alcanena	2,5	5,4	0,0	4 153	16	9,2
Constância	1,5	3,6	0,0	2 956	12	10,3
Entroncamento	3,3	7,6	39,2	2 944	187	61,1
Ferreira do Zêzere	1,7	3,9	40,5	4 618	264	178,4
Sardoal	2,4	5,6	5,3	37 156	46	24,6
Tomar	9,2	15,0	37,7	9 087	158	28,4
Torres Novas	6,7	15,0	148,9	2 260	102	19,7
Vila Nova da Barquinha	2,1	4,7	53,9	0	5	3,0
Ourém	5,8	13,7	37,6	21 635	212	49,9

Fonte: cálculos próprios a partir da DGAL e dos municípios.